

**GERÊNCIA DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS- GECOMP DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS- MG**

Licitação nº 039/2013  
Processo Licitatório nº 0271/2013  
Pregão Eletrônico

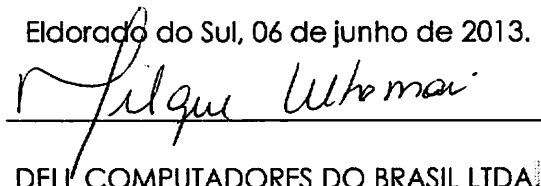
LICITAÇÃO TJMG 009423 07/JUN/13 15:30

Dell Computadores do Brasil Ltda. ("Dell"), inscrita no CNPJ/MF sob o 72.381.189/0001-10, estabelecida na Av. Industrial Belgraf, 400, Medianeira, Eldorado do Sul/RS, com estabelecimento filial na Av. da Emancipação. N. 5000, Parque dos Pinheiros, Hortolândia/SP (CNPJ/MF sob o 72.381.189/0006-25), na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, por seu representante abaixo assinado, com fundamento no art. 14.1 do Edital e art. 18 do Decreto 5450/2005, apresentar a presente

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

requerendo à D. Gerência que remeta o processo à D. Autoridade Superior, atribuindo efeito suspensivo à presente Impugnação, onde deverá ser conhecida e provida, para o fim de anular as disposições impugnadas e retificar o Edital em referência.

Eldorado do Sul, 06 de junho de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.

M

M

a) a inabilitação de licitantes que, mesmo tendo total capacidade para fornecimento dos equipamentos e realização dos serviços de manutenção em todo o território nacional, podem ser alijados do certame em função de o Edital não atingir completamente os requisitos previstos nos arts. 27 e 30 da Lei nº 8.666/93, vale dizer, que cumpram os requisitos necessários à prestação do serviço licitado;

b) a redução do número de licitantes no certame, reduzindo, por consequência, a abrangência da melhor proposta;

c) a limitação excessiva e exigências muito específicas de atestação técnica, limitadoras, o que pode, indiretamente, direcionar o processo licitatório a determinadas empresas, o que mais uma vez desatende ao Interesse Público; e

d) a quebra do equilíbrio entre os licitantes;

e) o desrespeito à Constituição Federal e ao entendimento dos Tribunais e Tribunal de Contas da União.

Em resumo, como adiante se demonstrará, o Edital, ora impugnado, está maculado de evidente nulidade, devendo ser anuladas as disposições ora contestadas e retificados os seus termos.

Estes são os fatos.

## **II – Do Direito**

### **II.1 – Das exigências do Edital contrárias à Lei e à Constituição.**

A Impugnante volta-se contra o item 8.3.4, alínea "b" do Edital:

#### **"8.3.4. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

b) Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a assistência técnica de notebooks ou microcomputadores em no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) municípios, que corresponde até a 50% do total atual de municípios onde estão instaladas comarcas do TJMG, admitindo-se o somatório de atestados, sendo que pelo menos um atestado deverá constar no mínimo 45 (quarenta e cinco) municípios.

"



A exigência é inócua. Afinal, pela letra seca deste item do Edital, as empresas teriam em tese de possuir 148 atestados confirmando sua capacidade de execução dos serviços em cada município!!!

A toda evidência, o Edital contém cláusula restritiva ao caráter competitivo do certame.

Com o devido respeito, não faz o menor sentido. Lembre-se, por oportuno, que a comprovação de quantitativos e capacidade de fornecimento em relação aos equipamentos por óbvio se justifica em sua plenitude, pois é o objeto central do Registro de Preços.

Agora, exigir quantitativo mínimo, exigir a atestação específica de 148 municípios, bem como aplicar o mesmo conceito de exigência para os serviços de assistência técnica/garantia não condiz com o TR e não condiz com a Lei 8.666/93!

Note-se que o tanto o TR quanto a minuta contratual (anexo ao Edital) já implicam a responsabilidade total do licitante pela prestação dos serviços de assistência técnica:

**“TR 6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GARANTIA**

**6.1. A assistência técnica dos equipamentos *será de responsabilidade da Contratada, inclusive no tocante aos custos, e será prestada por empresa autorizada pelo fabricante ou sua representante legal no Brasil.***

**6.2. O prazo de garantia do Notebook será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses contado a partir do recebimento definitivo do objeto pelo Tribunal, com limitação de substituição de bateria a partir do 13º mês, a qual poderá ser substituída até 4% (quatro por cento) de baterias em relação ao total de notebooks contratados...”**

E

**Contrato- minuta/anexo ao Edital**

*Responsabilidades da Contratada*

**3.2.8. Prestar toda a assistência técnica durante o período de garantia, sem ônus para o Tribunal, substituindo qualquer remessa devolvida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações, sujeitando-se, além disso, às penalidades cabíveis.**

Neste sentido, a exigência editalícia se mostra restritiva ao caráter competitivo e deve ser repelida. Senão vejamos:

“TJSP

Processo: CR 7209735800 SP

Relator(a): Francisco Vicente Rossi

Julgamento: 29/09/2008

Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público

Publicação: 24/10/2008

Ementa

MANDADO DE SEGURANÇA

**- Exigências técnicas e experiência são pertinentes na licitação, mas dentro da razoabilidade, para não frustrar o objetivo da concorrência fazer com que maior numero de licitantes se habilitem - Exigência demasiada e rigorismo excessivo devem ser arredados - Liminar em agravo permitiu a**



participação da impetrante, sagrada vencedora e com contrato sendo cumprido - Necessidade de garantia a segurança jurídica e estabilidade contratual - Recurso provido para conceder a ordem ."

E:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 41 DA LEI 8.666/93. SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES. EXCESSO DE RIGOR NO CRITÉRIO DE JULGAMENTO. DOUTRINA. PRECEDENTE.

Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, **notadamente em se tratando de concorrência pública, tipo menor preço, no qual a existência de vários interessados é benéfica**, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei. 8.666/93, art. 3º) (STJ, RESP 797179/MT, Primeira Turma. Min. Denise Arruda, j. 19/10/2006 (grifos nossos))."

Ao encontro do aqui demonstrado, a Primeira Seção do STJ, que reúne as duas únicas Turmas (Primeira e Segunda) competentes para tratar de Direito Público, decidiu que:

"Direito publico. Mandado de segurança. Procedimento licitatório. O "edital" no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o "objeto da licitação", discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o poder publico e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

Consoantes ensinam os juristas, o principio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escolmando-o de exigências desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse publico em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração(Mandado de Segurança nº 5418/DF, Relator Min. Demócrito Reinaldo, em 25/03/1998 - DJ de 01/06/1998)

E ainda:

#### **"Superior Tribunal de Justiça**

As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre as várias propostas, a mais vantajosa (Recurso Especial provido. RESP 5606/DF. Relator Min. José

E mais, pela leitura do item 8.3.4 "b", verifica-se que, além das exigências absurdas feitas, ainda há outra limitação, qual seja, a **obrigatoriedade de a licitante apresentar pelo menos um atestado deverá constar no mínimo 45 (quarenta e cinco) municípios.**



Ora, como, na prática, é possível comprovar que a licitante executou serviços de assistência técnica para 45 municípios? Ainda mais se levarmos em conta os esclarecimentos acima!!

Sem dúvida alguma o item 8.3.4 "b" do Edital foge completamente aos **limites da razoabilidade**. Assim, em que pese a preocupação do Ente Público em estipular, em Edital, critérios e condições para a seleção de empresas aptas em executar o objeto do Pregão Eletrônico com competência, deve-se reconhecer que o referido critério, configura uma exigência totalmente restritiva, pois potenciais licitantes do certame **que tem meios de comprovar a estrutura para prestar os serviços de assistência técnica em todo o Brasil podem estar excluídos por não possuir um atestado que comprove ter executado serviços em 45 municípios, tampouco possuir 148 atestados de municípios diversos!**

É fato que a licitação tem em seu núcleo normativo, o **princípio da isonomia** com vistas a assegurar igualdade de condições a todos os licitantes, com expressa previsão de que o procedimento licitatório somente sofrerá **limitações** relativas às exigências de qualificação técnica e econômica, **indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Luís Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior, se utilizando das lições de Celso Antonio Bandeira de Mello, ensinam que o princípio da isonomia é efetivado quando existe o reconhecimento e a harmonização de três elementos:

- a) *Fator adotado como critério discriminatório;*
- b) *Correlação lógica entre o fator discriminatório e o tratamento jurídico atribuído em face da desigualdade apontada;*
- c) *Afinidade entre a correlação apontada no item anterior e os valores protegidos pelo nosso ordenamento constitucional. (In Curso de Direito Constitucional, p. 81, Saraiva).*

No presente caso, verificamos que o fator adotado como critério discriminatório é a obrigatoriedade **de possuir um único atestado que comprove ter executado serviços em 45 municípios, e possuir 148 atestados de municípios diversos!**

Ao se buscar a correlação lógica entre o fator discriminatório e o tratamento jurídico atribuído em face da desigualdade apontada, verificamos que se a empresa comprovar conseguir fornecer 1200 equipamentos e se responsabilizar comprovadamente pela assistência



técnica, mesmo assim não estará habilitada por não atingir esta absurda exigência!

Diante disso, restam os seguintes questionamentos:

Considerando os limites mínimos de exigência do art. 30 da Lei 8666/93 e considerando a vedação de exigência de quantitativos mínimos, por que não considerar outros meios de comprovação de prestação dos serviços de manutenção e garantia ?

Se a empresa comprovar que tem estrutura e pessoal disponíveis ou acessíveis para realizar os serviços de garantia, por que não considerá-la habilitada?

Se a empresa comprovar a capacidade técnica para fornecimento de 1200 equipamentos, de acordo com o edital, e se responsabilizar pela assistência técnica, por que limitar o certame exigindo comprovação de atestado para 148 municípios?

Neste sentido, Marçal Justen Filho assevera a necessidade de se preservar o **princípio da isonomia** quando da ocorrência de exigências descabidas e/ou excessivas no Edital.

**"Será inválida a discriminação contida no ato convocatório se não se ajustar ao princípio da isonomia. Será esse o caso quando a discriminação for incompatível com os fins e valores consagrados no ordenamento.** O ato convocatório somente pode conter discriminações que se refiram à proposta mais vantajosa. Quando define o objeto da licitação, estabelece concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:

a) Estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação;

**b) Prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;**

**c) Impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação;**

d) Adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais; (Comentários à Lei de Licitações, Editora Dialética, p. 61)"

A jurisprudência do TCU reitera o entendimento acima exposto, ao estabelecer que:

*"Na fase de habilitação a Comissão de Licitação **não** deve confundir o procedimento formal inerente ao processo licitatório com o formalismo,*



**que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias, e cujo desatendimento, por sua irrelevância, não venha a causar prejuízo à Administração."** (Decisão nº TC/6.029/95-7)

Ademais, já julgou a 1ª Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

**"O interesse público reclama o maior número possível de licitantes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação"** (MS 7814/DF, rel. Min. Francisco Falcão, 1ª Seção, DJU: 21.10.2002, p. 267)

Na lição do Ilustre Prof. Dr. Adilson Abreu Dallari:

"Na jurisprudência, já é clássico o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul AGP 11.363 (publicado no RDA, 14/240) neste sentido: **"Visa a licitação fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses.** Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. **Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório**". ('in' Aspectos Jurídicos da Licitação – 3ª edição, pág. 87 e 88, Editora Saraiva/1992). (grifamos)

Mais uma vez verifica-se a existência de exigência no Edital que tem como mero efeito restringir uma maior participação de Licitantes na presente concorrência pública, não trazendo nenhum benefício ao interesse público.

No que tange ao descumprimento da Lei 8.666/93, cumpre lembrar, novamente as disposições do art. 30:

**Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...  
**II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**  
...

**§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.**

**§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou**



qualquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

É preciso compreender, nos termos do artigo 30, o espírito da Lei ao determinar os métodos para comprovação da capacidade técnica. Ao contrário do Edital impugnado, o atestado não deve ser um memorial exaustivo que diz quantos municípios foram atendidos pela licitante!

O que o Edital deveria considerar é a aptidão de uma empresa que, tendo capacidade para fornecer 1200 Notebooks, se responsabiliza e comprova ter capacidade para executar os serviços de manutenção.

Neste sentido, o já citado artigo 30 da lei 8.666/93 estabelece os **critérios e limites** nos quais a Administração deve se pautar para exigir a documentação necessária que comprove a aptidão técnica das licitantes.

Reitere-se que o próprio parágrafo 5º, do art. 30 da Lei 8.666/93 veda expressamente qualquer exigência não constante na apontada legislação, que inibam a participação na licitação, o que se verifica exatamente no caso em discussão. Vejamos:

**§ 5º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta lei, que inibam a participação na licitação.**

Neste sentido, verifica-se que a expressão **"comprove(m) a assistência técnica de notebooks ou microcomputadores em no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) municípios, que corresponde até a 50% do total atual de municípios onde estão instaladas comarcas do TJMG, admitindo-se o somatório de atestados, sendo que pelo menos um atestado deverá constar no mínimo 45 (quarenta e cinco) municípios"** do referido Edital, além de criar restrição indevida e não prevista em nosso ordenamento jurídico, tem por efeito, unicamente, restringir o número de participantes do referido certame, em nada acrescentando para selecionar os licitantes mais aptos para a execução da referida obra.

Não bastasse isso, deve-se atentar para o fato de que o dispositivo ora impugnado tem por efeito conceder um tratamento desigual entre as licitantes que comprovem ter condições de atendimento aos serviços de manutenção pelo Brasil.

Assim, de tudo o quanto foi exposto, há flagrante violação da exigência editalícia à lei 8.666/93.





Contudo, referido item ora combatido também viola a Constituição Federal, porquanto é flagrante a insignificância e impertinência a aceitação de comprovação de capacidade técnica para a execução do serviço elencado no item 8.3.4 "b" do Edital, considerando principalmente: **a)** a comprovação de capacidade para fornecer todos os equipamentos solicitados, o que implica logicamente na execução dos serviços cobertos pela garantia; **b)** a responsabilização expressa do licitante em executar os serviços de garantia, sob pena de penalização prevista; **c)** a possibilidade de comprovação de que determinado licitante tem estrutura para fornecer os serviços de assistência técnica sem necessariamente estar inabilitado de forma ilegal por não ter atestados de 148 municípios ou um único atestado comprovando quantitativo mínimo de serviços em 45 municípios!

Conforme preconizado no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

"Art. 37

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure a igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**"

Logo, caso o Edital contenha alguma exigência que não tenha caráter **"indispensável"** à garantia do cumprimento das obrigações, esta exigência estará maculada de vício.

Com efeito, a Administração Pública deve sopesar a certificação da capacitação dos interessados e os efeitos deste **registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos.**

**Quanto maior as exigências requeridas, maior é a restrição para a participação do certame** e a impossibilidade de permitir que empresas capacitadas e que tenham menor preço possam participar do certame. Logo, a Administração deve exigir apenas o que seja o **mínimo essencial para** assegurar o correto fornecimento dos equipamentos e os serviços compreendidos pela garantia..

Esclarecendo a finalidade e o alcance do referido entendimento, ensina Marçal Justen Filho que:



"... é imperioso destacar que a Constituição autoriza apenas exigência que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não se admitem exigência que vá além disso. Logo, a Administração não poderá respaldar seus atos com a invocação de que a exigência amplia sua segurança. É evidente que o máximo de segurança correspondia ao máximo da restrição. Essa não é a solução autorizada pela Constituição." (Comentários à Lei de Licitações, Editora Dialética, p. 337)

"Também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, **sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos.**" (Comentários à Lei de Licitações, Editora Dialética, p. 345).

Ora, o ato da Administração em limitar a comprovação de prévia experiência para a execução de serviços descritos a um único atestado para 45 municípios consiste em medida extremamente restritiva, contrariando os preceitos e principais que regem o processo licitatório.

Tal exigência fere diretamente o preconizado no parágrafo 5º do apontado art. 30 da Lei 8666/93, o qual veda expressamente a exigência de comprovação da aptidão com limitação que não esteja prevista nesta mesma lei.

Na leitura atenta da Lei Geral de Licitações, não se encontra nenhum dispositivo que autorize o ente público contratante em impor tal limitação em Edital.

Ora, a parte final do citado parágrafo 5º desautoriza qualquer interpretação de que a Administração Pública possua o poder discricionário de estabelecer exigências aos licitantes para fins de comprovação de qualificação técnica.

Logo, a exigência dos licitantes comprovarem sua capacitação técnica mediante a apresentação de atestados ou certidões, com a limitação de um único atestado para 45 municípios não encontra fundamentação no dispositivo legal acima transcrito, ensejando, portanto, **vício no presente Edital.**

Reitere-se que não existe qualquer justificativa legal que embase estas imposições, não guardando esta exigência qualquer relação lógica com os critérios do inciso II, artigo 30 da lei, principalmente quando se trata de obra de grande complexidade técnica e econômica.



Dessa forma, fica demonstrada a infração ao princípio da legalidade, preconizado no artigo 37 da Constituição Federal, o qual determina que a Administração Pública só pode praticar atos que estejam devidamente previstos em **LEI**, sendo que qualquer medida contrária a este princípio, enseja a nulidade do respectivo ato administrativo.

Neste sentido já se pronunciou o TJSP, preconizando em brilhante decisão que **a limitação de número de atestados constitui em medida discriminatória**, destinada a afastar os interessados no certame, violando, frontalmente, o artigo 30, II da Lei 8.666/93. Vejamos:

**LICITAÇÃO** - A comprovação de atestados referentes à execução de obras ou serviços similares no passado é inválida, frente à nova sistemática imposta pela Lei n. 8.666/93 e Lei n. 8.883/94 - **A exigência de atestados não pode conter *numerus clausus*, sob pena de reduzir o universo dos proponentes comprometendo, com isso, o caráter competitivo do certame - A utilização de *numerus clausus* para os atestados se constitui ainda em medida discriminatória, destinada a afastar interessados do certame**, além de ser violadora do artigo 30, II e § 3º do Estatuto da Licitação - O edital de licitação deverá estabelecer, para apuração da capacidade dos proponentes, critérios objetivos, pois a matéria dispensa apreciações dependentes de subjetivismo, afrontando o princípio da isonomia e do julgamento objetivo - O critério para o julgamento baseado em fatores discriminatórios, vagos, imprecisos ou desarrazoados para um dos prontos e razoáveis para outros, conduzem à invalidade do certame por patente desvio de poder. (Apelação Cível n. 86.675-5 - São Paulo - 7ª Câmara de "Julho/98" de Direito Público - Relator: Guerrieri Rezende - 14.12.98 - M.V.)

Sobre o tema, a lição de Toshio Mukai é incisiva em esclarecer que o efeito de determinar em Edital o número mínimo para a comprovação de qualificação técnica é meramente a **restrição do número de licitantes com potencial em participar do certame**.

"A exigência de atestados, portanto, não pode conter *numerus clausus*, pois, se assim for exigido, a Administração ensejará a redução do universo de licitantes, compreendendo, com isso, o caráter competitivo do certame (art. 3., parágrafo 1, I da Lei n. 8.666/93).

Note-se, portanto, ser inquestionável a nulidade das exigências ora impugnadas, sendo flagrante o fato de que as mesmas limitam a participação de empresas tecnicamente qualificadas para o certame.



Conclui-se, portanto, pelo descabimento da referida exigência, requerendo desde logo, que seja retificado o item 8.3.4 "b" do Edital, com a exclusão da expressão "**em no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) municípios, que corresponde até a 50% do total atual de municípios onde estão instaladas comarcas do TJMG, admitindo-se o somatório de atestados, sendo que pelo menos um atestado deverá constar no mínimo 45 (quarenta e cinco) municípios**".

## **II.2 Do posicionamento contrário do TCU**

As duas exigências contidas no mesmo item 8.3.4 "b" do Edital são contrárias ao entendimento da Corte de Contas Maior. Vejamos.

Corroborando com os argumentos acima descritos, no que tange à exigência obrigatória e abusiva de apresentação de atestado que comprove serviços de manutenção *em no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) municípios, que corresponde até a 50% do total atual de municípios onde estão instaladas comarcas do TJMG*, apresenta-se a decisão nº 292/1998, do Tribunal de Contas da União, na qual resta consolidado o entendimento **de ser ilegal** a exigência em Edital que estabelece tal limitação para apresentação de atestados nesta forma. Vejamos:

"2- Exigir **número mínimo e certo** de atestados equivale a exigir da empresa que comprove o número de experiências anteriores. É de fundamental importância, portanto, **confrontar-se tal exigência com o disposto no § 5º do art. 30, que veda a exigência de comprovação de atividade ou aptidão com limitações de tempo ou época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.** [...] Esta vedação é reforçada pelo disposto no inciso I do § 1º do art. 3º, que veda aos agentes públicos 'admitir, prever, incluir, tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou distinções que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de naturalidade, da sede, ou domicílio do licitante ou qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para específico objeto do contrato'."

A referida decisão, acima transcrita, consolida de forma clara o entendimento, segundo o qual a limitação de apresentação de atestados constitui ilegalidade, pois:

- a) "em momento algum, a Lei atribui discricionariedade ao administrador para que determine um número mínimo de atestados comprobatórios";
- b) é vedada a estipulação de quantitativos mínimos específicos;



c) "A palavra 'atestados', no corpo do § 1º, encontra-se no plural porque a licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão";

d) "O que se verifica no texto do parágrafo 1º do art. 30 é referência a atestados que, em qualquer quantidade, sejam capazes de comprovar a aptidão do particular";

e) "as imposições ou faculdades estipuladas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 devem ser seguidas, desde que não violentem o princípio basilar contido no art. 3º da mesma Lei";

E mais, no que tange à exigência obrigatória de um único atestado com no mínimo 45 municípios, cita-se o processo TC 575.179/97-0, onde também a Corte de Contas da União assim se pronunciou:

"A palavra 'atestados', no corpo do § 1º, encontra-se no plural porque a licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão. [...] Cabe à comissão de licitação, durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência dos mesmos. Assim, a comissão poderá concluir que o somatório dos atestados apresentados por uma única licitante não é suficiente para habilitá-la, pois não comprovam a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Da mesma forma, poderá habilitar a empresa que apresente um único atestado, desde que entenda que o mesmo atende às condições exigidas no Edital.

Então, lógico é deduzir-se que as imposições ou faculdades estipuladas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 devem ser seguidas, desde que não violentem o princípio basilar contido no art. 3º da mesma Lei.

(...) Adicionalmente, alerte-se para o fato de que, em momento algum a lei atribui discricionariedade ao administrador para que determine um número mínimo de atestados comprobatórios. O que se verifica no texto do parágrafo 1º do art. 30 é referência a atestados que, em qualquer quantidade, sejam capazes de comprovar a aptidão do particular."

Daí que, neste diapasão, o somatório é regra geral e sua negação deve ser robustamente motivada no instrumento convocatório. Não existe explicação com fundamentos técnicos, econômicos ou competitivos no Edital. O comando do §1º combinado com o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 referencia que se somam atestados para fins de comprovação de quantidade, de características ou de prazos.

Tal é o sentido de somar os atestados: demonstrar, através de experiências plurais em clientes diversos, que os serviços semelhantes ao objeto (sejam características, quantidades ou prazos) foram prestados e,

consequentemente, desenvolvidos maturidade e domínio por quem se disponha a ser contratado.

Conclui-se, portanto, pelo descabimento do expressão "1 (um) atestado" contida no item 14.1.3.2 do Edital .

### **II.3 - Do Necessário Respeito aos Dispositivos e Princípios que Regem o Procedimento Licitatório e os Contratos Administrativos**

Dispõe o art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

#### **§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Conforme preceitua o art. 3º da Lei 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, **SEMPRE VISANDO A OBTENÇÃO DE PROPOSTAS E CONTRATOS MAIS VANTAJOSOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Evidentemente, como procedimento administrativo, tem a licitação por escopo selecionar a proposta que, conjugadamente, melhor atenda às suas demandas e apresente preços e finalidades primordiais, visando a moralidade do serviço público.

Significa dizer que o procedimento licitatório informa, basicamente, os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público que redundam, necessariamente, na seleção da proposta

que alcance a perfeita simbiose entre o menor preço e melhor qualidade técnica do serviço.

Ocorre, todavia, que conforme demonstrado no acima, o Edital impugnado acabou por desrespeitar todos os dispositivos e princípios que informam o processo licitatório.

Portanto, resta patente que o edital impugnado criou exigências indevidas contra o melhor interesse da Administração Pública, que **consiste em ter o maior número possível de licitantes, maximizando, destarte, a possibilidade de se obter as melhores condições para o Erário.**

Nesse sentido, vale dizer, diante da primazia do interesse público, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Mandado de Segurança nº 5.606, de que foi o relator o Min. José Delgado, decidiu que:

"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – HABILITAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – EDITAL."

1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

2. **Não há de se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.**

3. (...)

4. Segurança Concedida" (DJU, de 10.08.1998, pág. 175)

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça tem manifestado seu entendimento, privilegiando a competitividade do certame licitatório. Vejamos:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA. 1) a interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva". **Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número de interessados, para que a proposta seja mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.** 2) o ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem

conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e de regularidade fiscal. (...) 5. Segurança concedida". (STJ, MS 5.779/DF, Min. José Delgado, LEXSTJA VOL: 0016 PG: 00085). (grifamos)

Ainda neste sentido, a Primeira Seção do STJ, que reúne as duas únicas Turmas (Primeira e Segunda) competentes para tratar de Direito Público, assim decidiu:

"DIREITO PUBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO. O "EDITAL" NO SISTEMA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL VIGENTE, CONSTITUINDO LEI ENTRE AS PARTES, É NORMA FUNDAMENTAL DA CONCORRÊNCIA, CUJO OBJETIVO É DETERMINAR O "OBJETO DA LICITAÇÃO", DISCRIMINAR OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES E O PODER PÚBLICO E DISCIPLINAR O PROCEDIMENTO ADEQUADO AO ESTUDO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escolmando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração...

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

SEGURANÇA CONCEDIDA. VOTO VENCIDO. (MS nº 5418/DF, Relator Min. Demócrito Reinaldo, em 25/03/1998 - DJ de 01/06/1998)

A necessidade da busca do negócio mais vantajoso é o objetivo precípuo de qualquer licitação, co-relacionado ao princípio da economicidade, tal como previsto no art. 70 da Constituição. Esse princípio cobra resultados positivos na relação custo-benefício das atividades administrativas.

**Art. 70** - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifamos)

Nos ensinamentos de Ivan Barbosa Rigolin:

*"Julgamento objetivo significa confrontar ou a documentação apresentada com o rol de exigências do edital, e pelo confronto habilitar*



apenas as que as atendam, ou as propostas, examinando-as sem parcialidade, mas com critério absolutamente equânime, primeiro em confronto com as exigências do edital, depois em confronto umas com as outras, de tudo isso elegendo as que «aritmeticamente», sem qualquer possibilidade de interpretação subjetiva da conformidade ou desconformidade com as exigências do edital, atendam objetivamente ao que a Administração pediu". (RIGOLIN, Ivan Barbosa. Manual Prático das Licitações. São Paulo:Saraiva, 1991. p. 44).

## **II.4 - Da Necessidade de Anulação ou alteração do Edital**

Diante das nulidades apresentadas acima, impõe-se a anulação ou a retificação do Edital.

Segundo a lição de JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR:

**"As regras do Edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender o interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição. Nessas circunstâncias, a lei exige a reabertura do prazo por inteiro, a contar da divulgação da mudança introduzida, pelo mesmo modo que se deu a da versão original do ato convocatório."**  
(Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, p. 129)

A esse respeito, RAUL ARMANDO MENDES, lavrou o seguinte asserto:

**"se houver falhas no Edital, devem ser corrigidas, com aditamentos ou até mesmo com o seu refazimento, sempre com publicação e reabertura de prazo, para que os proponentes possam ajustar-se a elas."** (Comentários ao Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991, p. 115)

## **III – Do Pedido**

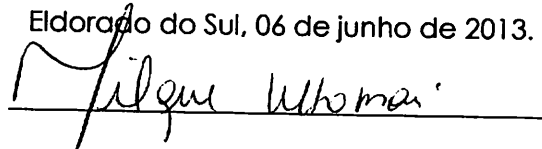
Diante de todo o exposto, requer seja acolhida integralmente a presente Impugnação, para que seja retificado o Edital no que tange ao item 8.3.4 "b", mantendo-se a comprovação de capacidade para executar os serviços de manutenção de forma genérica, anulando-se, por conseguinte, a expressão **"em no mínimo 148 (cento e quarenta e oito) municípios, que corresponde até a 50% do total atual de municípios onde estão instaladas comarcas do TJMG, admitindo-se o somatório de atestados, sendo que pelo menos um atestado deverá constar no mínimo 45 (quarenta e cinco) municípios"**



Requer, ainda a remessa do processo à D. Autoridade Superior, atribuindo efeito suspensivo à presente Impugnação, onde deverá ser conhecida e provida, para o fim de retificar o Edital em referência, no que se refere aos itens contestados, sob pena de sua plena anulação.

Requer, outrossim, a expedição e publicação do novo texto do Edital, sempre com restituição do prazo para apresentação das propostas.

Eldorado do Sul, 06 de junho de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Milene Ulbricht', is written over a horizontal line.

DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.

A small, stylized handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.